ADRIANO ALLAN SANTOS DAMASCENO

Aproximação fenomenológica e hermenêutica jurídica

Dissertação de mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Jeannette Antonios Maman

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

ADRIANO ALLAN SANTOS DAMASCENO

Aproximação fenomenológica e hermenêutica jurídica

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Filosofia do Direito, sob a orientação da Profa. Dra. Jeannette Antonios Maman

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Damasceno, Adriano Allan Santos

Aproximação fenomenológica e hermenêutica jurídica / Adriano Allan Santos Damasceno. -- São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2019.

148 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Orientador: Jeannette Antonios Maman.

---

1. Hermenêutica. 2. Interpretação 3. Fenomenologia. 4. Heidegger. I. Maman, Jeannette Antonios, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Adriana, pelo apoio contínuo.

À minha orientadora Profa. Jeannette Maman, pela orientação cuidadosa e pelas muitas dicas ao longo da redação deste trabalho.

RESUMO:

DAMASCENO, Adriano Allan Santos, “Aproximação fenomenológica e hermenêutica jurídica”, 148 fls., Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, jan./2019

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma compreensão do fenômeno jurídico a partir da filosofia de Martin Heidegger, e isso se dará através de uma busca pelas condicionantes fenomenológicas da ‘juridicidade’, o que indica um determinado modo de análise e abordagem. Num primeiro momento serão expostas as noções principais do nosso autor, tais como Dasein, ser-no-mundo, fenomenologia e a própria questão do ser, tendo em vista juntar material suficiente para o desenvolvimento da investigação. Após isso, os problemas referentes à essência e fundamentação do direito serão introduzidos através de uma apresentação histórica da passagem do pensamento medieval para a modernidade filosófica, onde a fundamentação metafísica do direito muda de paradigma e os principais problemas de filosofia jurídica com que nos enfrentamos nos dias de hoje são gestados. Finalmente, na terceira etapa da investigação, que é a mais propositiva, são abordados os elementos existenciais do Dasein mais propriamente vinculados ao direito, e é desenvolvida uma análise da hermenêutica jurídica a partir dessas noções fenomenológicas. Veremos que a essência do direito só se mostra a partir de uma abordagem que leva em conta a sua dinamicidade prática, daí a importância de encerrar a investigação com essa análise do momento hermenêutico. Mais do que um momento determinado do pensamento jurídico voltado à determinação do sentido das normas ou algo do tipo, a hermenêutica é uma característica constitutiva do ‘jurídico’, de tal modo que uma abordagem adequada dessa característica, que leve as conclusões a sério, conduz necessariamente a uma mudança de enfoque no que diz respeito à própria concepção de direito. É só mediante uma aproximação fenomenológica cuidadosa, que leve em consideração as disposições existenciais do Dasein e as exigências da disciplina, que poderemos avançar nessa compreensão mais adequada da ‘juridicidade’.

Palavras chave: Heidegger, fenomenologia, hermenêutica, interpretação.

ABSTRACT:

DAMASCENO, Adriano Allan Santos, “Phenomenological and Hermeneutical Approach of Law”, 148 pages, Master’s – Faculty of Law, University of São Paulo, jan./2019

The present work aims to develop an understanding of the legal phenomenon based on the philosophy of Martin Heidegger through examining the phenomenological constraints of ‘judiciality’, which indicates a specific mode of analysis and approach. First, the main notions of our author will be laid out, such as Dasein, being-in-the-world, phenomenology, and the very question of being, thus gathering enough material to conduct the study. After this, the problems concerning the essence and foundation of law will be introduced through a historical presentation, passing from medieval thought to modern philosophy, where the metaphysical foundation of law changes paradigm and the main problems of legal philosophy that we are facing today are born. Finally, in the third stage of the study, which is the most propulsive, the existential elements of Dasein are more appropriately related to law and an analysis of legal hermeneutics is conducted from these phenomenological notions. We will see that the essence of law is only presented from an approach that considers its practical dynamicity, hence the importance of finalizing this study with an analysis of the hermeneutic moment. More than a moment of juridical thinking aimed at determining the meaning of norms or something of the sort, hermeneutics is a constitutive characteristic of the ‘juridical’, whereas an adequate approach of this characteristic, one that the conclusions seriously, necessarily leads to a change of focus with regard to the very concept of law. It is only through a careful phenomenological approach that considers the existential dispositions of Dasein and the demands of the discipline that we can make progress towards this more adequate understanding of ‘judiciality’.

Keywords: Heidegger, phenomenology, hermeneutics, interpretation.

SUMÁRIO

Prólogo	5
Introdução	7
A] <u>Fundamentação da investigação científica</u>	7
B] <u>Tematização prévia como momento originário</u>	10
C] <u>Utilidade para a pesquisa</u>	11
Capítulo I – O Dasein, lugar de manifestação do ser	13
A] <u>Dasein</u>	13
A1. Homem, mundo, ser, Dasein	13
A2. A estrutura do Dasein, existenciários	16
A3. Ser-em-um-mundo	18
A4. Poder-ser	20
A5. Ser-com-um-outro	23
B] <u>Lugar da manifestação</u>	27
B1. Dasein como abertura / clareira	27
B2. Uma possível objeção	29
B3. Círculo de abertura, clarão da clareira	31
B4. Abertura e clareira como verdade	33
C] <u>A manifestação do ser</u>	42
C1. Os sentidos de ser	42
C2. A universalidade do ser	44
C3. Ser e ser-dos-entes, dilema e resolução	47

C4. Fenomenologia como método de acesso ao ser	51
Capítulo II – Aspectos históricos	59
A] <u>Pensamento medieval e direito</u>	59
A1. A origem transcendente do cosmos	59
A2. Homem, sociedade e direito	64
A3. A fundamentação do direito na lei natural e na lei eterna	69
A4. O pluralismo jurídico medieval	75
B] <u>O pensamento jurídico moderno: Hobbes e o monismo jurídico</u>	77
C] <u>Encerramento da exposição histórica</u>	84
Capítulo III – Fenomenologia e hermenêutica jurídica	86
A] <u>Fundamentação ontológica do ‘jurídico’</u>	86
A1. Ser-com-um-outro, co-abertura	87
A2. Os modos de co-abertura: (1) modo deficiente	90
A3. Consequências no saber jurídico	97
A4. Os modos de co-abertura: (2) modo autêntico	100
A5. Consequências no saber jurídico	107
B] <u>Hermenêutica jurídica: alguns fundamentos</u>	112
C] <u>Hermenêutica jurídica a partir da fenomenologia: pressupostos</u>	119
D] <u>Hermenêutica jurídica a partir da fenomenologia: interpretação do direito</u>	131
Conclusão	142
Bibliografia	144

Prólogo

Neste prólogo será exposto muito brevemente o objetivo do trabalho, bem como o itinerário que será percorrido, e a explicitação da metodologia, sobretudo no que diz respeito ao uso das fontes bibliográficas.

O objetivo é abordar a questão da hermenêutica jurídica, mas adotando um enfoque específico, a saber, não como uma busca por regras interpretativas para solução de casos na prática judiciária, e sim na tentativa de entender melhor o fenômeno jurídico em sua concreção e dinamicidade, em outras palavras, surpreender o direito em sua realização prática, em vista de uma melhor compreensão do fenômeno.

Isso será realizado a partir da fenomenologia Heideggeriana, num recorte temporal específico, considerando em primeiro lugar “Ser e Tempo” (1927), obra principal do autor, bem como as preleções mais ou menos contemporâneas a essa obra, na seguinte ordem: “Ontologia. Hermenêutica da faticidade” (1923), “História da filosofia, de Tomás de Aquino a Kant” (1926-27), “Os problemas fundamentais da fenomenologia” (1927), “Fenomenologia e teologia” (1927), “Introdução à filosofia” (1928-29).

Ao tratar de questões históricas e jurídicas mais específicas, outros autores serão mobilizados conforme a necessidade, mas a referência central do trabalho é sempre Heidegger, especialmente a obra “Ser e Tempo”, sendo todas as demais referências bibliográficas consideradas complementares em relação a essa.

No que diz respeito ao itinerário, o tema central não será desde logo enfrentado, considerando a necessidade da fixação de muitas premissas antes que possa ser realizado um tratamento adequado da questão.

Sendo assim, delinearemos o itinerário da investigação:

Primeiro será feita uma exposição das principais noções da filosofia de Heidegger, dentro do recorte em questão, onde mencionaremos o Dasein e seus existenciários (ser-no-mundo, ser-com, etc.), uma breve introdução à questão do ser, e também ao método fenomenológico, tal como entendido pelo nosso autor.

Após isso, será feita uma breve exposição histórica de algumas questões referentes ao direito, sua essência, origem e justificação, tendo como foco a passagem do pensamento medieval para a modernidade filosófica, que é o momento essencial para a compreensão das questões jurídicas emergentes, marcando a passagem do paradigma clássico de pensamento (filosofia antiga integrada na cosmovisão religiosa) para um estado de crise dos fundamentos e tentativa de reformulação constante.

Ao fim deste processo, chegaremos ao núcleo da investigação, onde será realizado um tratamento da questão hermenêutica no direito, a partir da fenomenologia de Heidegger e das correspondentes noções de entendimento, interpretação e enunciado, bem como mediante o auxílio de alguns autores que se debruçaram mais especificamente sobre o direito a partir de noções Heideggerianas, sendo este último tópico a fração mais propositiva e contributiva da presente pesquisa.

No que diz respeito ao uso das fontes bibliográficas, optou-se por privilegiar as citações diretas, só sendo utilizados comentadores onde se mostrou necessário em virtude da clareza ou acréscimo de compreensão. Sendo assim, foi muito comum a utilização de referências internas à própria obra de Heidegger, onde citações de uma obra se complementam ou explicam mediante citações de outra, do mesmo autor.

Feita essa explicação preliminar, e entendido o panorama geral do trabalho, já podemos iniciar a investigação propriamente dita.

Introdução

A] – Fundamentação da investigação científica

Para que as análises posteriores sejam bem conduzidas, no que diz respeito à aplicação dos conteúdos filosóficos às questões jurídicas, é preciso assentar algumas premissas teóricas, explicitando antes de tudo o pensamento de Heidegger acerca da relação de fundamentação entre pensamento filosófico e questões de ciências positiva.

É certo que existe tal relação de fundamentação, porque a ciência só pode ser operacionalizada a partir do solo de uma compreensão prévia do homem referente ao mundo. É justamente essa compreensão prévia aquilo que torna possível a tematização científica, e os desenvolvimentos investigativos subsequentes.

Isso mesmo é afirmado por Heidegger, referindo-se à compreensão prévia como “conceitos fundamentais”, possibilitadores de um “entendimento prévio”.

“Conceitos fundamentais são as determinações em que o domínio-de-coisa que fundamenta todos os objetos temáticos de uma ciência acede a um prévio entendimento, o qual conduz toda a sua investigação positiva”¹

Ou seja, o primeiro acesso ao “domínio-de-coisa” se dá mediante conceitos fundamentais de índole pré-científica, que tematizam esse domínio, e assim possibilitam a investigação científica como desenvolvimento do domínio já tematizado.

Quando Heidegger fala de “conceitos fundamentais” não quer se referir a proposições universais descritivas, mas quer significar um momento prévio de acesso cognitivo a determinado setor do mundo, que entende esse setor do mundo de determinado modo, procedendo ao que chamamos de tematização.

---

¹ HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo, §3, p. 55

A partir da consumação desse “momento prévio de acesso cognitivo”, o acesso ao setor circunscrito não se faz mais à toa, mas fica tematizado e orientado por um determinado entendimento-de-mundo, tornando possível o desenvolvimento da investigação científica, que só pode ser realizada a partir do campo já tematizado.

Ou seja, a investigação propriamente científica depende “logicamente” de uma abertura de campo ou tematização prévia, como sua condição de possibilidade, de tal modo que não pode conduzir-se sem que essa abertura já esteja dada.

Isso nos leva a concluir que, necessariamente, se a investigação científica existe e caminha, é porque de algum modo essa abertura temática prévia já está dada, ainda que de forma inexpressa ou mal formulada, e ainda que os próprios investigadores e cientistas não sejam capazes de percebê-lo.

Essa exigência não é de tipo acidental, na verdade ela tem valor de condição de possibilidade, daí podermos afirmar que essa abertura de campo prévia é um tipo de exigência *a priori* de toda investigação científica (mais adiante faremos referência ao apriorismo em Heidegger, que não deve ser entendido com uma anterioridade cronológica, mas sim lógica, no sentido de condição de possibilidade).

Outro aspecto dessa tematização pré-científica pode ainda ser ressaltado:

“(…) o projeto prévio e não-objetivo, mas demarcador de campo e fundamentador, o projeto da constituição de ser, deixa o ente, cujo ser ele determina, vir à luz pela primeira vez por meio dessa caracterizada determinação. Sobre o pano de fundo do ser delineado no projeto, o ente assim determinado ganha relevo pela primeira vez.”²

Quer dizer, essa tematização prévia é também “constituição” do ser do ente, o que significa que ela, ainda em caráter pré-científico, permite que o ser do ente venha à luz pela primeira vez, e possa ser compreendido de algum modo.

---

² HEIDEGGER, Martin. Introdução à filosofia, p. 210

Daí que o modo como a tematização prévia interpreta o ser do ente, haverá de influenciar os passos que se seguem, por exemplo, orientando o tipo de tratamento científico que poderá ser realizado e quais as abordagens científicas adequadas.

Heidegger apresenta um exemplo, que é o surgimento da física matemática moderna, mostrando como esse surgimento não se deu ao modo de uma mera valorização da matemática, mas sim mediante um novo tipo de tematização prévia, que propôs uma nova interpretação do ser do ente, gerando as condições de possibilidade ontológicas para o surgimento da física moderna.

“Não é primariamente o recurso a uma ciência ocasionalmente apreciada de modo particular, a matemática, o que determina sua ontologia do mundo, mas a orientação ontológica de princípio para o ser como subsistência constante, cuja apreensão o conhecimento matemático satisfaz em um sentido excepcional. Descartes efetua, assim, de maneira expressamente filosófica, a comutação da herança da ontologia tradicional para a moderna física matemática e para seus fundamentos transcendentais”³

Assim, ele quer dizer que foi um determinado entendimento do mundo, conquistado em sede de tematização prévia, a saber, o entendimento prévio do ser “como subsistência constante”, que atuou como condição de possibilidade ontológica para o desenvolvimento da física matemática.

Isso não significar tomar partido quanto ao que veio antes, cronologicamente, se a valorização da matemática ou a tematização prévia do ser como “subsistência constante”, mas sim uma afirmação em sede transcendental, acerca de qual elemento é condição de possibilidade lógica do outro.

---

³ HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo, §21, pp. 283-285. Do mesmo autor: Introdução à filosofia, p. 201.

É importante não somente para o filósofo, mas também para o investigador e cientista estar atento a essas condições de possibilidade, na medida em que definem o campo de trabalho da ciência, assim como seus limites.

B] – Tematização prévia como momento “originário”

Até aqui fizemos referência à relação de fundamentação entre entendimento do mundo conquistado na tematização prévia e o desenvolvimento da ciência positiva, contudo, também podemos analisar o valor desse entendimento prévio em si mesmo, seu valor intrínseco, independentemente do que ele fundamenta.

Enquanto a ciência depende desse entendimento prévio, caracterizando-se enquanto desenvolvimento positivo a partir da tematização já-dada, o entendimento propriamente dito não depende de nenhum momento prévio, sendo considerado originário.

Esse entendimento é expressão de uma “abertura originária” do homem para o mundo, no sentido de que ele está desde sempre aberto ao todo-do-mundo, mas não como um ser inanimado, e sim enquanto ente capaz de entendê-lo, de algum modo, antes mesmo da investigação científica (isso será explicado melhor ao longo do trabalho).

Essa é uma capacidade, por assim dizer existencial do homem, de estar aberto à ocorrência do mundo e à compreensão do ser dos entes, capacidade que ele possui em sua “essência”, e que se faz presente em qualquer momento de sua existência, como elemento estrutural, e não como uma possibilidade que pode ser atualizada ou não.

Vimos que a abertura originária possui natureza pré-científica, o que de modo algum é uma desqualificação, pelo contrário, é na disposição pré-científica que se torna possível lançar as condições de possibilidade da própria cientificidade.

Heidegger diz:

“O ser-aí pré-científico antecede necessariamente ao ser-aí científico e, em vez de ser subordinado a esse, sucede, antes, o inverso: é ele quem primeiro fornece ao ser-aí científico a sua base. Verdade pré-científica

expressa justamente o fato de a ciência não ser nenhuma necessidade existenciária, de a existência do homem não poder ser determinada nem primária nem unicamente pela ciência”⁴.

Ou seja, o que é uma necessidade existenciária, uma expressão da “essência” do homem, é a abertura em relação ao mundo, sendo a investigação científica uma derivação, relevante para diversos fins, porém não-essencial.

C] – Utilidade para a pesquisa

Foi adotado esse enfoque para explicar como o presente estudo poderá ser aplicado à temática jurídica, e o será nos seguintes termos.

O direito, como toda ciência positiva, possui suas condições de possibilidade temáticas, bem como um entendimento do ser prévio que lhe conduz a investigação, e esses aspectos devem ser considerados numa análise autêntica. Na verdade, um estudo de filosofia de direito deve estar sobretudo atento à passagem das condições de possibilidade para a formação do pensamento jurídico positivo.

Este trabalho pretende situar-se exatamente nessa passagem, em vista da compreensão do fenômeno jurídico em suas condições de possibilidade fenomenológicas, lembrando que o objetivo é surpreender os elementos da “juridicidade” em seu momento de concreção prática mais intensa, a saber, na interpretação.

Mas é importante ressaltar que não podemos nutrir a pretensão de que, com esse trabalho, se apresentarão instrumentos acessíveis para a resolução dos problemas pontuais com que a ciência jurídica está às voltas, algo como regras hermenêuticas para tomar boas decisões na prática judiciária.

Na verdade o seu objetivo é muito mais modesto, embora mais originário: entender algo acerca da tematização prévia do “jurídico”, e das condições

---

⁴ HEIDEGGER, Martin. Introdução à filosofia, p. 170

fenomenológicas para a formação de um pensamento jurídico positivo, o que esperamos realizar pelo menos em seus traços mais fundamentais.

Conclusão

Ao final desse percurso investigativo, notamos que muito esforço filosófico foi empreendido, e não foram apresentadas respostas definitivas às questões da práxis jurídica, algo como regras de interpretação para casos difíceis, ou critérios de tomada de decisão em situações limítrofes, e de fato é assim, pois o objetivo do presente trabalho é unicamente colocar em termos fenomenologicamente adequados a questão da hermenêutica jurídica, e não apresentar uma resposta que possa resolver os problemas jurídicos concretos que surgem na atividade hermenêutica do dia-a-dia.

O objetivo primordial é entender o “lugar” fenomenológico da atividade hermenêutica no âmbito do Dasein, ou seja, quais as estruturas existenciárias que a hermenêutica jurídica mobiliza, como ela se relaciona com a manifestação ontológica e com a verdade, e questões desse tipo. Isso nos permitiu coletar material filosófico suficiente para uma adequada compreensão da questão hermenêutica, do quê está em jogo quando discutimos hermenêutica jurídica, muito embora não possamos resolver os casos simplesmente “aplicando” os conteúdos fenomenológicos conquistados.

Na verdade, a partir desses conteúdos fenomenológicos, é possível adotar diversas soluções hermenêuticas distintas para os casos, quer dizer, a hermenêutica aqui desenvolvida apresenta certos critérios transcendentais, certas condições de possibilidade fenomenológicas, que podem ser desenvolvidas em diversos sentidos possíveis, todos igualmente legítimos. Embora algumas soluções hermenêuticas tenham sua incoerência evidenciada através da análise proposta.

Mas, por outro lado, isso não significa que o trabalho seja desprovido de conteúdo propositivo. Algo que foi suficientemente aclarado ao longo da análise é que a hermenêutica não é uma mera decorrência do direito “em si”, algo como um segundo momento que parte desse direito “em si” visando a sua aplicação ao caso, e a reunião de critérios e padrões adequados para efetivar essa aplicação, muito pelo contrário, a “hermeneuticidade” deve ser considerada como uma característica essencial e primária do fenômeno jurídico, de modo que o próprio fenômeno jurídico deve ser considerado um fenômeno “hermenêutico”, nos termos já extensamente desenvolvidos.

Assim, esse trabalho pretende inserir-se na tradição – já profícua - de estudo do fenômeno jurídico a partir dos critérios da hermenêutica heideggeriana, que sempre busca retornar às condições de possibilidade do fenômeno jurídico, seguindo a radicalidade fenomenológica que é própria ao nosso autor. Esperamos que esta dissertação possa colaborar, como um pequeno e singelo passo, no longo caminho da investigação fenomenológica que se interessa pelo fenômeno jurídico.

Para encerrar o tema da questão hermenêutica, que seguimos no caminho de sua história, e mediante as suas principais relações de fundamentação, tomando a vereda heideggeriana, pensamos poder superar, aqui compreendido como transcender, o abismo entre o “sujeito” e o mundo vivido, que anuncia o futuro.

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo, 2007, Ed. Martins Fontes.

AQUINO, Tomás de. Suma teológica. Campinas, 2016, Ed. Ecclesiae / Ed. Permanência.

_____. Ente e essência. Petrópolis, 2005, Ed. Vozes

ARISTÓTELES. Metafísica (org. Giovanni Reale). São Paulo, 2015, Ed. Loyola, vol. II

_____. De anima. São Paulo, 2007, Ed. editora 34

ECHAURI, Raul. El ser en la filosofía de Heidegger. Rosario, 1964, Ed. Instituto de Filosofia, Universidad Nacional del Litoral.

DUBOIS, Christian. Heidegger: introdução a uma leitura. Rio de Janeiro, 2005, Ed. Jorge Zahar

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo, 2008, Ed. Atlas.

GILSON, Etienne. O espírito da filosofia medieval. São Paulo, 2006, Ed. Martins Fontes.

_____. O ser e a essência. São Paulo, 2016, Ed. Paulus.

GROSSI, Paolo. O direito entre poder e ordenamento. Belo Horizonte, 2010, Ed. Del Rey Editora.

_____. Mitologias jurídicas da modernidade. Florianópolis, 2007, Ed. Fundação Boiteux.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo, Petrópolis, 2012, Ed. Vozes / Ed. UNICAMP, tradução Fausto Castilho.

_____. Ontologia. Hermenêutica da faticidade. Petrópolis, 2012, Ed. Vozes, tradução Renato Kirchner.

_____. Ensaio e conferências. Petrópolis / Bragança Paulista, 2006, Ed. Vozes / Ed. Universitária São Francisco, tradução Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Márcia Sá Cavalcanti Schuback.

_____. História da filosofia. De Tomás de Aquino a Kant. Petrópolis, 2009, Ed. Vozes, tradução Enio Paulo Giachini.

_____. Os problemas fundamentais da fenomenologia. Petrópolis, 2012, Ed. Vozes, tradução Marco Antonio Casanova

_____. Introdução à filosofia. São Paulo, 2009, Ed. WMF Marfins Fontes, tradução Marco Antonio Casanova

_____. Marcas do caminho, Petrópolis, 2008, Ed. Vozes, tradução Enio Pauli Giachini e Ernildo Stein.

_____. A caminho da linguagem, Petrópolis / Bragança Paulista, 2004, Ed. Vozes / Ed. Universitária São Francisco, tradução Márcia Sá Cavalcanti Schuback

HOBBS, Thomas. Leviatã. Richard Tuck (org.), São Paulo, 2008, Ed. Martins Fontes.

_____. Do cidadão. São Paulo, 1998, Ed. Martins Fontes

JESTAEDT, Matthias. A ciência como visão de mundo: ciência do direito e concepção de democracia em Hans Kelsen. Belo Horizonte, n° 106, jan/jun 2013, Revista Brasileira de Estudos Políticos.

KALINOWSKI, Geroges. Concepto, fundamento y concreción del derecho. Buenos Aires, 1982, Ed. Abeledo-Perrot.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. São Paulo, 2009, Ed. WMF Martins Fontes

MACDOWELL, João Augusto A. Amazonas. A gênese da ontologia fundamental de Martin Heidegger: ensaio de caracterização do modo de pensar de *Sein und Zeit*. São Paulo, 1003, Ed. Loyola.

MAMAN, Jeannette Antonios. Fenomenologia existencial do direito: crítica do pensamento jurídico brasileiro. São Paulo, 2000, Ed. Edipro.

_____. Ao encontro de Heidegger: a noção de ser-no-mundo. Em: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 102, pp. 611-615, jan/dez, 2007.

_____. A via investigativa da filosofia do ser e o fenômeno jurídico. Em: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 99, pp. 477-482, 2004.

_____. Martin Heidegger: a doutrina de Platão sobre a verdade. Em: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 100, pp. 335-359, jan/dez, 2005.

_____. O direito como pesquisa do justo. Em: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 103, pp. 643-655, jan/dez 2008.

_____. O fenômeno jurídico como objeto de uma ontologia fundamental. Em: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 94, pp. 325-377, jan. 1997.

MOURA, Carlos Alberto de. Racionalidade e crise. Estudos de História da Filosofia Moderna e Contemporânea, São Paulo, 2001, Ed. Discurso Editorial / Ed. da UFPR.

NUNES, Benedito. Passagem para o poético. Filosofia e poesia em Heidegger. São Paulo, 1986, Ed. Ática.

PEREIRA, Aloysio Ferraz. Estado e direito na perspectiva da libertação: uma crítica segundo Martin Heidegger. São Paulo, 1980, Ed. Revista dos Tribunais.

_____. O direito como ciência. São Paulo, 1980, Ed. Revista dos Tribunais.

PONTY, Maurice Merleau. Conversas - 1948. São Paulo, 2009, Ed. Martins Fontes.

SCHMITT, Carl. El leviathan en la teoria de estado de Thomas Hobbes. Granada, 2004, Ed. Editorial Comares.

SAFRANSKI, Rudiger. Heidegger: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal. São Paulo, 2000, Ed. Geração Editorial.

SOLON, Ari Marcelo. Hermenêutica jurídica radical, tese para concurso de professor titular, 2013, Universidade de São Paulo.

VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. São Paulo, 2005, Ed. Martins Fontes.

VOEGELIN, Eric. História das idéias políticas. A idade média até Tomás de Aquino, vol. II. São Paulo, Ed. É Realizações.

_____. A nova ciência da política. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1982.

WERLE, Marco Aurélio. A angústia, o nada e a morte em Heidegger. Marília, vol. 26 (1), pp. 97-113, 2003, revista Trans/Form/Ação

ZACCARIA, Giuseppe. Dimensiones de la hermeneutica e interpretación jurídica. Pamplona, v. 35, 1996, revista “Persona y Derecho”.

ZUBEN, Newton Aquiles. A fenomenologia como retorno à ontologia em Martin Heidegger. Marília, vol. 34, nº2, 2011, revista Trans/Form/Ação